

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

ASSASSINATOS DE POLÍTICOS NO RIO DE JANEIRO (1988-2022): UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Huri Paz

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6857>

Submetido em: 2023-09-16

Postado em: 2023-09-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Flavia Rios (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9864-0644>)

ASSASSINATOS DE POLÍTICOS NO RIO DE JANEIRO (1988-2022): UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL^{1 2}

Huri Paz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2055-2510>

<huri.henrique@gmail.com>

AFRO-CEBRAP/USP. São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os casos de assassinatos de políticos no Estado do Rio de Janeiro (1988-2022), dando especial atenção ao caso dos assassinatos de mulheres políticas. Os casos levantados aqui foram obtidos a partir de notícias de jornal disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e notícias da grande imprensa. Em levantamento realizado pelo autor, demonstro que mulheres são subrepresentadas nas câmaras, mas ainda assim figuram como vítimas de violência política letal. O levantamento registrou um total de 94 políticos assassinados durante todo o período. Considerando apenas as políticas candidatas e eleitas no período recortado para o estado fluminense, foram 4 mulheres assassinadas durante o período de pesquisa e todas elas eram mulheres negras. Isso indica a necessidade de uma interpretação interseccional para o entendimento da letalidade da violência política a um grupo subrepresentado nas cidades do Estado. Em que pese a literatura especializada no tema estar ganhando corpo nos últimos anos, investigações aprofundadas ainda estão em desenvolvimento. Nesse sentido, esse artigo visa suprir uma lacuna empírica de investigação no tema.

Palavras-chave: violência política, violência política de gênero, violência eleitoral, eleições municipais, representação política

¹ Em 2019, essa pesquisa foi financiada pelo PIBIC/UFF - CNPQ. Entre 2020 e 2023 a pesquisa foi financiada com recursos do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - AFRO-CEBRAP. Entre 2022 e 2024, o autor também recebe recursos de uma bolsa de mestrado do CNPQ.

² Agradeço Amsatou Diop (UFF) e Camila Santos (UFF) pelo trabalho como assistentes de pesquisa do projeto.

MURDERS OF POLITICIANS IN RIO DE JANEIRO (1988-2022): AN INTERSECTIONAL ANALYSIS

ABSTRACT: The present work aims to present cases of murders of politicians in the State of Rio de Janeiro (1988-2022), paying special attention to the case of murders of female politicians. The cases raised here were obtained from newspaper reports available in the National Library's digital newspaper library and news from the mainstream press. In a survey carried out by the author, I demonstrate that women are underrepresented in chambers, but still appear as victims of lethal political violence. The survey recorded a total of 94 politicians murdered throughout the period. Considering only the candidate and elected politicians in the period covered by the state of Rio de Janeiro, 4 women were murdered during the research period and all of them were black women. This indicates the need for an intersectional interpretation to understand the lethality of political violence to an underrepresented group in the state's cities. Although specialized literature on the subject has been gaining ground in recent years, in-depth investigations are still under development. In this sense, this article aims to fill an empirical research gap on the topic.

Keywords: political violence, gender-based political violence, electoral violence, municipal elections, political representation

INTRODUÇÃO

A questão da violência social, traduzida no número de homicídios e de crimes violentos, foi posicionada como central para a verdadeira consolidação da democracia brasileira a partir da celebração da constituição cidadã em 1988 (RAMOS, 2021). Apesar de inovar na expansão dos direitos sociais e econômicos, principalmente direcionados a grupos que historicamente foram deixados ao largo da concessão de direitos, ela não foi capaz de diminuir de maneira incisiva as desigualdades raciais e econômicas entre grupos, como a histórica desigualdade entre pessoas brancas e negras (LIMA e PRATES, 2015). A partir de 1988, os índices de violência continuaram a subir, atingindo de sobremaneira a população preta e parda do país, demonstrando como a democracia não foi capaz de diminuir esta mazela (ADORNO, 2002). De maneira mais intensa, a partir da segunda década dos anos 2000, o estado do Rio de Janeiro e o país como um todo têm enfrentado uma grave escalada nos índices de violência social e política³.

³ Em 2017, por exemplo, o Brasil atingiu o patamar inédito de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. Correspondendo a 65.602 homicídios naquele ano, comparável a números de guerras.

A literatura no tema da violência brasileira foi capaz de demonstrar os mecanismos que posicionam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo e entre os que mais encarceram, colocando as desigualdades sociais e os processos de segregação urbana como fatores explicativos muito importantes (MISSE, 2000). Recentes estudos apontam para os efeitos da perpetuação de desigualdades que o fenômeno da violência gera, como o fechamento de escolas, diminuição de sociabilidade em bairros violentos e etc. (FARIAS, 2020). Entretanto, existe uma lacuna nessa agenda de pesquisa que são os estudos sobre a relação entre a violência e a política. De maneira mais específica, os efeitos da violência eleitoral e política nos processos democráticos do Brasil. O Rio de Janeiro, segunda maior capital do Brasil, é um território que possui uma longa trajetória de estudos sobre a violência, posicionando a cidade como um caso emblemático para os estudos da área (ALVITO e ZALUAR, 1998). Do ponto de vista da violência política, a cidade também coleciona episódios que demonstram a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a relação entre a violência e a política.

Desde pelo menos 2008⁴, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) solicita tropas federais para as eleições no Rio de Janeiro. Nas eleições municipais de 2008, as tropas focaram suas ações em algumas favelas da cidade. O argumento utilizado pelo tribunal era a garantia de que os candidatos conseguissem acessar estes territórios para a realização de campanhas e para garantir o devido processo eleitoral, com a garantia de que as urnas chegariam aos seus lugares de votação e que não haveria ações de grupos criminosos para direcionar os votos a determinados candidatos. Nas eleições municipais seguintes, em 2012, o escopo de atuação se ampliou, incluindo mais favelas e expandindo para alguns municípios da Baixada Fluminense. A prática se tornou praxe e se repetiu nas eleições municipais de 2016, ampliando para cada vez mais municípios e exponenciando o número de militares envolvidos na operação.

Em 2018, um novo capítulo na história da violência social, política e eleitoral do estado se iniciou. Em janeiro daquele ano, o governador do estado declarou que a segurança pública havia colapsado e solicitou uma intervenção federal na área⁵. O governo federal interveio e, ato contínuo, em 14 de março de 2018, a vereadora carioca Marielle Franco (PSOL-RJ) foi assassinada numa emboscada na cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista nacional, logo em seguida, em 27 de março de 2018, dois ônibus da caravana do então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, durante

⁴ Este foi o ano em que o autor conseguiu coletar notícias sobre operações militares para garantir as eleições. <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/no-rio-de-janeiro-operacao-guanabara-pode-se-repetir-em-outras-eleicoes/156692>

⁵ Para maiores informações, ver: DORNELLAS, Mariana Paganote; DE JESUS, Maria Priscila Santos. O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. *Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericani*, v. 10, n. 2, p. 210-236, 2018.

atos de pré-campanha, foram atingidos por quatro tiros no Paraná. Este caso marcou o primeiro atentado contra um candidato a presidente na história democrática pós-abertura (BORBA e NOGUEIRA, 2018). Logo depois, em 6 de setembro, o então candidato e ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro foi atingido por uma facada durante ato de campanha no estado de Minas Gerais.

Em resposta aos elevados índices de violência política no país, em 2021 foi criada a lei 14.197⁶, que inseriu a violência política no âmbito dos crimes contra o Estado democrático de direito. Com ela, a violência política se tornou tipificada sob pena de reclusão de três a seis anos e multa, além da pena correspondente à violência. Do ponto de vista da distribuição de recursos, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em 2020, a constitucionalidade de distribuição do fundo eleitoral de maneira proporcional com o objetivo de reduzir desigualdades de negros e negras na competição eleitoral (PAZ e RIOS, 2021). Entretanto, essas medidas necessitam de refinamento e precisaremos aguardar mais alguns pleitos para verificar se as mesmas estão sendo eficazes.

Os episódios narrados até aqui demonstram a escalada da violência política e a relevância de pesquisas nesse tema. Entretanto, com a falta de dados oficiais sobre estes casos, não sabemos quantos políticos foram assassinados, onde casos como estes costumam ocorrer e as dinâmicas de raça, gênero e território que podem estar influenciando neste fenômeno. Nesse sentido, a presente pesquisa tem o objetivo de suprir essa lacuna ao apresentar um panorama dos políticos que foram assassinados desde 1988, ano que oficializa o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do país. Neste artigo, especificamente, abordaremos de maneira mais aprofundada o caso das mulheres políticas negras que foram assassinadas no estado do Rio de Janeiro neste período. Este grupo foi escolhido por figurar como o grupo que é menos representado nas instâncias de representação do país (PAZ e RIOS, 2021) e a violência política pode se colocar como mais um entrave para esta representação.

1 - METODOLOGIA

Para os fins desta pesquisa, optou-se por realizar o seguinte recorte sobre o que consideramos a categoria “políticos”, isto é: políticos eleitos no exercício do mandato, ex-políticos, candidatos, pré-candidatos, ex-candidatos e funcionários da administração pública. Esses atores são assim definidos:

⁶ Art. 359-P. Restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

- A) Políticos eleitos: vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e presidentes que foram assassinados no período do mandato.
- B) Ex-políticos: lideranças que ocuparam cargos eletivos descritos acima, mas no momento da violência não ocupavam mais.
- C) Candidatos: políticos assassinados durante a campanha eleitoral. Somente são considerados políticos em campanha quando houver o registro oficial da candidatura no Tribunal Superior Eleitoral
- D) Ex-candidatos: lideranças que tentaram se eleger em algum momento, mas não obtiveram sucesso em suas candidaturas e jamais ascenderam a cargo eletivo.
- E) Pré-candidatos: lideranças que anunciaram a intenção de se candidatar, mas ainda não haviam realizado o registro oficial da candidatura.
- F) Funcionários da administração pública: secretários de governo e assessores no nível estadual e municipal.

O Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, TRE/RJ, não disponibilizam e/ou produzem dados sobre os assassinatos de políticos no Brasil. O dado mais próximo que o TSE disponibiliza é o motivo pelo qual um candidato foi substituído na lista partidária, e uma das motivações declaradas é “por motivos de óbito”, não deixando especificado se foi uma morte por causas naturais, por acidente, ou se essa morte se tratou de um assassinato. Essas informações são encontradas na seção “Candidatos”, do Repositório de Dados Eleitorais, gerenciado pelo TSE.

Além da limitação por não especificar a causa do óbito, estes dados estão restritos ao período eleitoral, ou seja, cobrem apenas os candidatos que foram autorizados pelo TSE a concorrer, estendendo-se por um curto período de tempo, geralmente até dois meses antes da data da eleição, dependendo das regras em vigor. Por este motivo, a pesquisa se dividiu em várias frentes para investigar e verificar se a morte se tratava de assassinato e não um óbito por causas naturais, além do desenvolvimento de outras metodologias para cobrir o tempo que esses dados disponibilizados pelo TSE não contemplam. Esse foi o mesmo método utilizado na pesquisa sobre candidatos assassinados entre 1998 e 2016 desenvolvida por Borba e Nogueira (2018). Para isso, pesquisamos o nome dos candidatos que apareceram nas planilhas do TSE com a informação de

“óbito” em jornais de grande circulação nacionais, estaduais e regionais, a fim de confirmar se essa morte se tratava de um assassinato ou não. Levando em consideração que o assassinato de um candidato costuma chamar atenção tanto em nível nacional quanto local, quando não encontramos notícias relacionadas a mortes de candidatos que tinham a informação “óbito” nas planilhas do TSE, consideramos que foi um político que teve morte por causas naturais ou por acidente, não entrando para o cálculo desta pesquisa.

Para darmos conta dos assassinatos de políticos que ocorreram quando eram pré-candidatos, políticos no exercício do mandato, ou político de cargos executivos, como secretários, utilizamos o repositório de jornais digitalizados da Biblioteca Nacional e o acervo do Jornal O Globo para pesquisarmos notícias do período entre 1988 e 2010, com palavras-chave como: “assassinato político”, “crime político”, “morte política”, “nome do candidato”, “nome do município + crime político” e etc. Para o período de 2000 a 2019, quando é mais comum que as notícias estejam disponíveis em formato digital, pesquisamos as mesmas palavras-chave por meio das ferramentas de busca da internet, tais como o *Google*, *Bing*, e *DuckDuck Go!*, e recolhemos os resultados. Os dados da pesquisa, portanto, assentam-se em informações disponibilizadas pelo TSE, na confirmação dos assassinatos através de notícias da grande imprensa e na pesquisa ativa pelos casos que fogem ao período coberto pelo TSE. Como não existe uma base de dados oficial sobre os assassinatos de políticos no estado do Rio de Janeiro, os números podem ser muito maiores do que os relatados nesta pesquisa, já que algum episódio pode ter escapado de nossa lupa ou não ter sido noticiado. Entretanto, acreditamos que o número de políticos assassinados que foi coletado até aqui é fonte relevante para a compreensão da violência política no Brasil.

A pergunta que pode ficar é a seguinte: diante da falta de investigação que assola não só os homicídios de civis no Brasil como também os de assassinatos de políticos, como classificamos os políticos que foram, de fato, assassinados e os diferenciamos dos que foram mortos em um assalto, por exemplo? Ao longo da pesquisa ficou evidente como as circunstâncias das mortes destes políticos sempre envolvem situações que caracterizaram uma execução. São assassinatos que ocorreram quando a vítima estava chegando em casa ou passando por uma rodovia, e algo que é característico da maior parte desses tipos de assassinatos é o elevado número de tiros que esses políticos costumam sofrer. Essas caracterizações nos levam a crer que se trata de uma execução, não de um assalto, por exemplo. De uma maneira ou de outra, o objetivo dessa pesquisa é de relatar os assassinatos de políticos no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1988 a 2022, e não acompanhar, a fundo, os resultados das investigações, o que pode ser alvo de interesse futuro de outros pesquisadores interessados nessa temática. Para efeitos dessa pesquisa, os assassinatos, por si só, já sugerem alguma motivação política devido às consequências e articulações com as

desigualdades sociais e deterioração do sistema democrático que são expressas nos territórios em que acontecem.

2 - O PRIMEIRO ASSASSINATO DE UMA MULHER NEGRA POLÍTICA

Em 2001 Lídia Menezes, uma mulher negra de 37 anos, foi eleita vice-prefeita de Magé, uma cidade de cerca de 240 mil habitantes localizada na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, em uma disputa acirrada junto à sua cabeça de chapa, a prefeita Narriman Zito. Lídia trabalhou como empregada doméstica durante toda a sua vida, um lugar comum para mulheres negras, pobres e periféricas, e abandonou o ofício para embarcar na carreira política. Alguns anos antes de sua campanha e candidatura, começou a agitar politicamente os vizinhos do distrito em que morava para reivindicar o asfaltamento das ruas e a implementação do saneamento básico. Isso rendeu à vice-prefeita uma fama de mulher destemida e com garras para lutar por direitos básicos da população. Com a aproximação das eleições, Narriman Zito a convidou para ser vice-prefeita de sua chapa. A aceitação de Lídia em embarcar na chapa deu a legitimidade para Narriman Zito utilizar seu capital político para alavancar sua candidatura como prefeita⁷.

Narriman Zito, na época de sua candidatura, era esposa de José Camilo Zito dos Santos Filho. Zito ocupava o cargo de prefeito de Duque de Caxias, a maior cidade da Baixada Fluminense, com cerca de 900 mil habitantes. Seu irmão, Waldir Camilo Zito dos Santos, no mesmo ano das eleições de Lídia e Narriman, também estava se candidatando a prefeito de Belford Roxo, uma cidade na região com cerca de 510 mil habitantes. As eleições chegaram ao fim, as apostas de Zito foram vitoriosas e ele conseguiu incluir seus familiares no poder executivo das duas cidades que fazem fronteira com Duque de Caxias, consolidando seu poder político na região e obtendo, com isso, o domínio político de cerca de 1,65 milhão de pessoas.

Centrando-se especificamente na candidatura de Lídia Menezes e Narriman Zito, é interessante perceber como a parceria de Lídia Menezes foi importante para a vitória da chapa. Lídia era uma liderança local importante, reconhecida no município, e Narriman havia acabado de sair de um pleito como vice-governadora do estado do Rio de Janeiro na chapa de Luiz Paulo, pelo PSDB, em 1998. A chapa saiu perdedora e, nas eleições seguintes, Narriman embarcou na candidatura como prefeita de Magé, uma cidade que desde 1983, com poucas mudanças, mantinha membros da família Cozzolino no Poder Executivo municipal. Nesse sentido, a eleição de

⁷ Os relatos contidos aqui foram obtidos por meio de entrevistas com pessoas próximas de Lídia Menezes. Por motivos de segurança, seus possíveis laços de parentesco e de relações serão preservados, a pedido dos entrevistados.

Narriman Zito representou uma ruptura no poder que era passado de “pai para filho” da família Cozzolino no cargo de prefeito de Magé.

Mesmo que disruptivo por Narriman não possuir o sobrenome Cozzolino e, além disso, por ser a primeira mulher eleita prefeita do município desde 1925, ano em que as eleições para o cargo de prefeito se iniciaram, Narriman carregava o legado de um político tradicional da Baixada Fluminense, conhecido por envolvimento em crimes de homicídios motivados por razões políticas. Zito foi inocentado em um processo em que foi acusado de matar um funcionário de Duque de Caxias, e possuía fama de matar criminosos no bairro em que morava na mesma cidade. Levando esse histórico em consideração, mesmo sendo uma mulher candidata, Narriman carregava consigo a trajetória política de seu marido, representava seu projeto de poder e carregava a imagem do seu poder bélico de representar seus interesses.

Abrindo um parêntese para contextualizar o cenário político desta chapa, vale destacar que Zito começou sua carreira política como vereador de Duque de Caxias em 1988, cargo que ocupou até 1995, quando foi eleito deputado estadual. Em 1997 foi eleito prefeito de Duque de Caxias, cargo que ocupou até 2005, quando voltou a sentar na cadeira de deputado estadual entre 2007 e 2015, retornando em 2018. Além de eleger seu irmão e sua então esposa, Zito também lançou duas filhas: Linda Zito, que foi candidata a vereadora em Duque de Caxias, e Andreia Zito, eleita deputada estadual em 1998 e 2002 e deputada federal em 2006 e 2010, tendo se candidatado novamente para o cargo em 2014 e 2018, não obtendo sucesso. Esta breve descrição dos familiares de Zito que ocuparam espaços políticos de representação é importante para demonstrar seu poder e legado político na Baixada Fluminense. Nesse sentido, apesar de uma eleição disruptiva, a vitória da chapa Narriman-Lídia significava a derrota de uma família tradicional na política mageense, os Cozzolino e, ao mesmo tempo, a substituição pelo domínio de uma outra família tradicional da Baixada Fluminense, os Zito.

Retomando a narrativa da trajetória de Lídia Menezes, chegamos a junho de 2002, apenas um ano e seis meses depois de sua posse. Nesta data, a vice-prefeita foi encontrada morta em seu carro, atingida por três tiros e tendo o seu corpo carbonizado⁸.

Três meses após o seu assassinato, em setembro de 2002, o então presidente da Câmara Municipal de Magé, Genivaldo Ferreira Nogueira, o Batata, foi preso pela suspeita de participação no assassinato. Como executores, foram presos os PMs Alexandre Marques de Oliveira e Alcindo Ferreira Nogueira, além dos seguranças do vereador, Sergio Coutinho Leal, Jocimar Norbiato e a assessora Carli de Souza. Com as evidências coletadas pelo delegado Luiz Alberto de Oliveira, o

⁸ Notícia disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0306200220.htm>

juiz Josimar de Andrade, da vara de Guapimirim, decretou a prisão preventiva dos suspeitos⁹. E esta é a última informação encontrada nos jornais disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, fonte primária utilizada nesta pesquisa.

Não foi possível encontrar nenhum outro registro de Lídia nos acervos de jornais. Sua campanha e candidatura passou incólume pelos jornais grandes e médios da época, só tendo chamado a atenção quando ocorreu seu assassinato e, posteriormente, a prisão de seus suspeitos. Não foi possível encontrar nenhuma outra informação pública sobre sua trajetória política, exceto de sua morte.

A presente produção se iniciou ilustrando brevemente o caso de Lídia Menezes, pois ele serve como um descortinamento para o fenômeno que abordaremos a seguir: o assassinato de políticos no estado do Rio de Janeiro entre 1988 e 2022 e as dinâmicas de raça, gênero e território que operam conjuntamente neste fenômeno. Lídia Menezes foi a primeira mulher política negra assassinada desde 1988 no estado do Rio de Janeiro.

2.1 - O Fenômeno

Desde 1988, a pesquisa registrou um total de 94 políticos assassinados no período de 34 anos compreendidos entre 1988 e 2022. Como o Gráfico 1 aponta, a violência contra políticos que resulta em assassinatos no estado do Rio de Janeiro é um fenômeno frequente e que possui variações ao longo do tempo.

Nas duas primeiras décadas de análise, foram registrados cerca de dois assassinatos por ano. Nos últimos 12 anos, entre 2010 e 2022, foram registrados cerca de quatro assassinatos por ano. Foi neste período que ficou registrado um recorde histórico de dez políticos assassinados em um mesmo ano desde 1988, no ano de 2016, em que ocorreram eleições municipais no Brasil, e fatos importantes do início do processo de desdemocratização no país, como o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Como é possível identificar pelas linhas pontilhadas do gráfico 1, nas duas primeiras eleições municipais do período analisado, 1988 e 1992 respectivamente, não foram registrados assassinatos de políticos. Entretanto, ao longo dos anos, o ano eleitoral começou a registrar um aumento proeminente a partir das eleições de 2008, com três políticos assassinados, seguido de 2012 com quatro políticos assassinados, atingiu seu pico em 2016, que registrou dez políticos assassinados, e as últimas eleições de 2020, que registraram sete políticos assassinados.

⁹ Notícia disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/vereador-batata-de-mage-vai-juri-popular-acusado-de-assassinato-388127.html>

Número de políticos assassinados por ano no Estado do Rio de Janeiro (1988 - 2022)

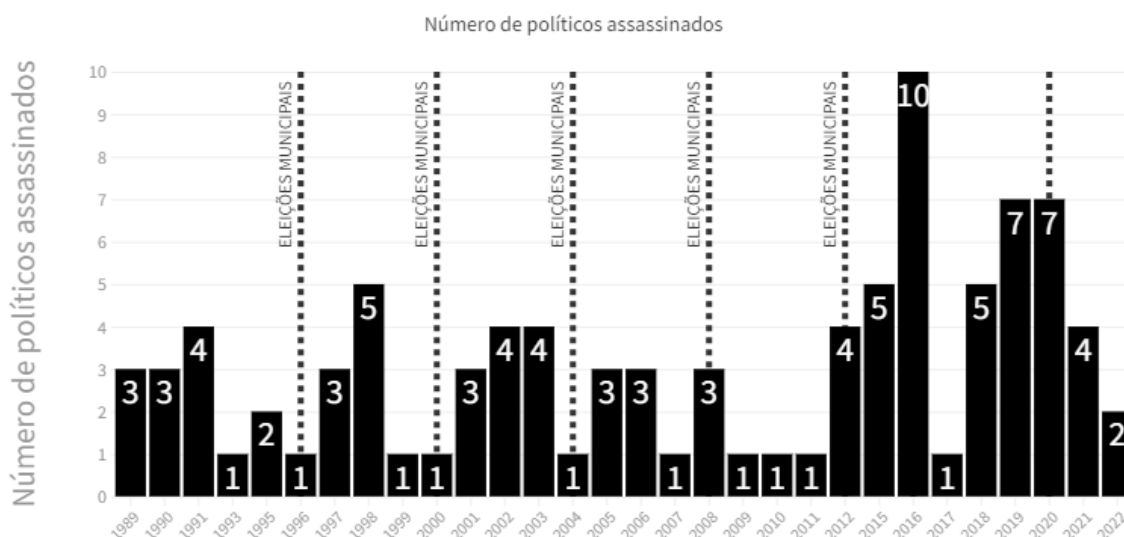


Gráfico 1 - Número de políticos assassinados por ano no estado do Rio de Janeiro (1988 - 2022).

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Do ponto de vista do cargo, o gráfico 2 demonstra que os maiores atingidos pela violência extrema, que é o assassinato, são os cargos ligados à política municipal. Vereadores eleitos, candidatos a vereador, pré-candidatos a vereador e ex-vereadores são os políticos que mais concentram casos (um total de 65 casos, ou cerca de 70% da amostra). Essa concentração demonstra a importância de se pensar os territórios em que este tipo de violência costuma ocorrer, já que a literatura aponta que, tradicionalmente, são estes os políticos que atuam mais proximamente da população.

Número de políticos assassinados por cargo no Estado do Rio de Janeiro (1988 - 2022)

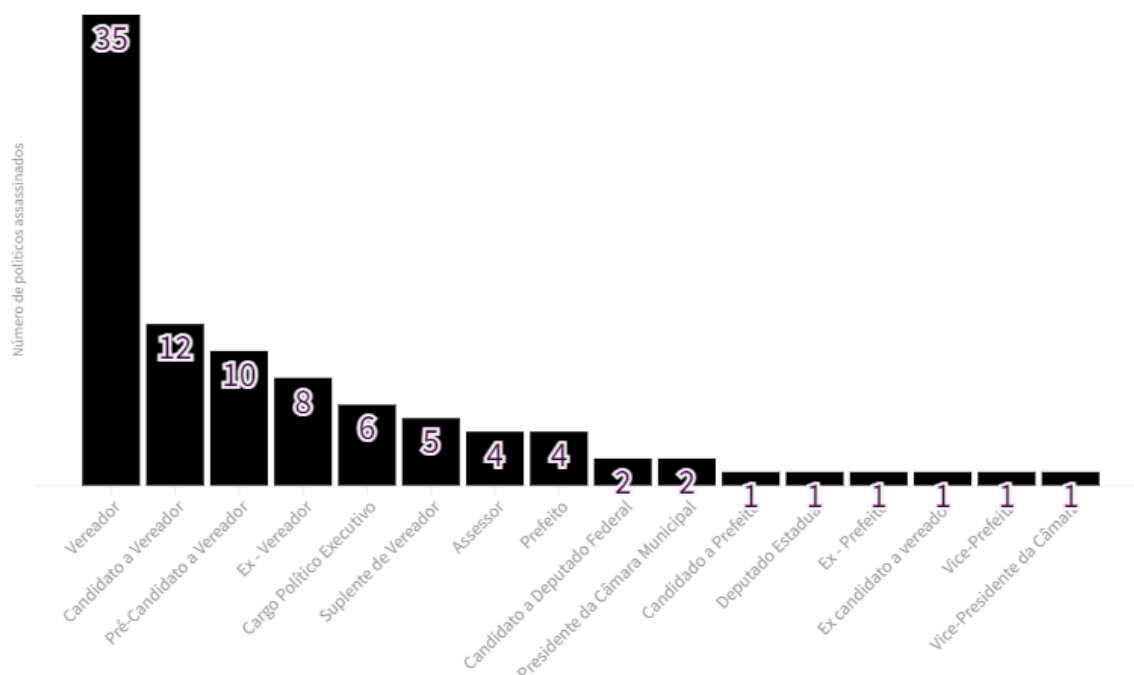


Gráfico 2 - Número de políticos assassinados por cargo no estado do Rio de Janeiro (1988 - 2022) Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Do ponto de vista do gênero dos políticos assassinados no período analisado, vemos que existe uma maioria de políticos do gênero masculino, registrando 88 casos, enquanto as mulheres figuram como seis casos. Desses seis casos, duas delas, Elizabeth Corrêa (Sem informação) e Márcia Machado (PMDB), foram assassinadas na década de 1990 e não foi possível encontrar suas fotos em notícias de época, o que não nos permite realizar heteroidentificação, além de ocuparem o cargo de assessora e suplente de vereador, respectivamente. Elas foram assassinadas no município de Itaguaí e Nilópolis, respectivamente. Em seguida, temos o caso de Lídia Menezes (PMDB), vice-prefeita, assassinada em 2002; Aga Pinheiro Lopes (DEM), pré-candidata a vereadora, assassinada em 2016, ambas no município de Magé; Marielle Franco (PSOL), vereadora, assassinada em 2018 na capital do estado e Sandra Silva (PSB), pré-candidata a vereadora, assassinada em 2020 no município de Magé. Essas últimas quatro políticas eram negras.

Gênero dos políticos assassinados no Rio de Janeiro (1988 - 2022)

■ Feminino ■ Masculino

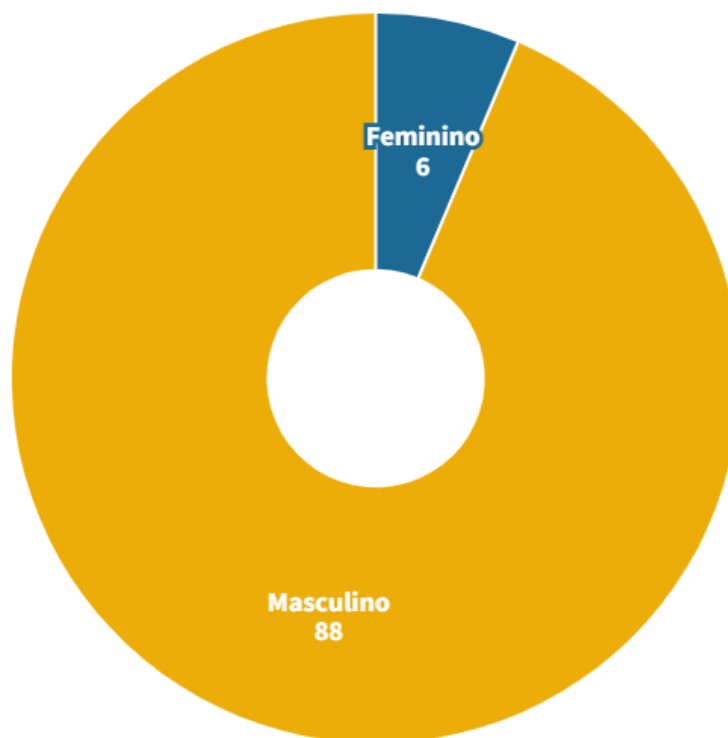


Gráfico 3 - Número de políticos assassinados por gênero no estado do Rio de Janeiro (1988 - 2022). Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Nome	Cargo	Partido	Idade	Cidade	Data
Elizabeth Corrêa Ribeiro	Assessor	-	36	Itaguaí	28/12/1990
Márcia Machado Guimarães Matheus	Suplente de Vereador	PMDB	35	Nilópolis	10/06/1998
Lídia Menezes	Vice-Prefeita	PSDB	37	Magé	01/06/2002
Aga Pinheiro Lopes	Pré Candidata a vereadora	DEM	49	Magé	12/07/2016
Marielle Franco	Vereadora	PSOL	38	Rio de Janeiro	14/03/2018
Sandra Silva	Pré-Candidata a Vereadora	PSB	-	Magé	01/09/2020

Tabela 1 - Políticas mulheres assassinadas no estado do Rio de Janeiro (1988 - 2022). Fonte:

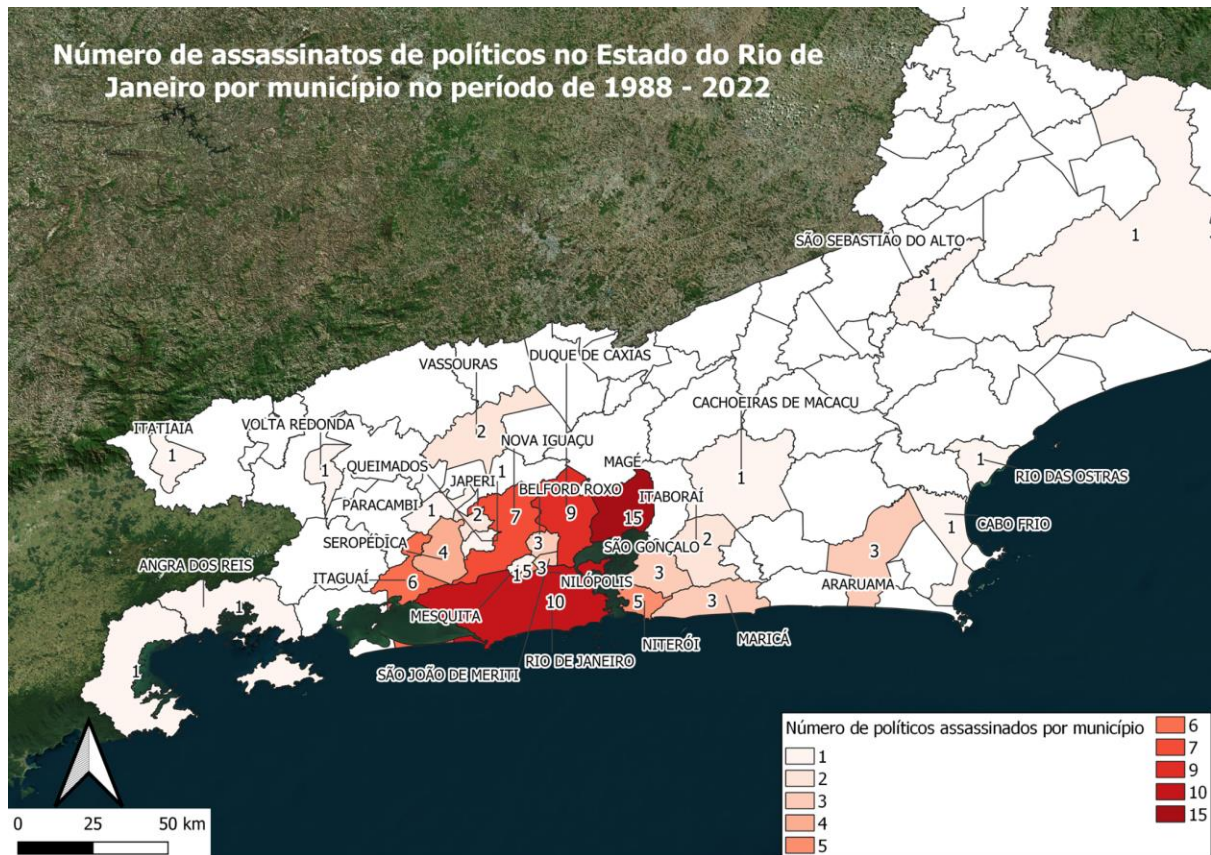
Elaborada pelo autor, 2023.

Do ponto de vista nacional, nas últimas eleições municipais realizadas em 2020 se verificou uma grave desigualdade entre homens e mulheres. Ao analisar a representação feminina por cor/raça no universo de mulheres eleitas nas câmaras e no executivo das prefeituras brasileiras, apenas 10.711 mulheres foram eleitas, cerca de 15,8% de políticos eleitos no Brasil nas eleições de 2020. Dentro deste universo restrito, apenas 38,43% delas se autodeclararam pretas ou pardas de acordo com a sua declaração ao TSE, ou seja, 4.116 mulheres negras eleitas nas cidades de todo o território nacional¹⁰. Para termos uma ideia desta desigualdade, nas 26 capitais brasileiras (excetuando-se o DF) para o cargo de prefeito, apenas uma mulher foi eleita, e ela não era negra, indígena ou quilombola. (RIOS e PAZ, 2021).

Nesse sentido, o assassinato de mulheres no estado do Rio de Janeiro, apesar de representar minoria no fenômeno, aponta para desigualdades estruturais no acesso a espaços de representação. Como bem documentado pela literatura, as desigualdades de gênero na política brasileira não se restringem a uma melhor distribuição de recursos de campanhas ou criação de cotas obrigatórias a serem preenchidas por mulheres no interior dos partidos (BIROLI e MIGUEL, 2015). O ambiente de convivência das câmaras municipais, estaduais e no congresso nacional apresenta sérios entraves, com episódios recorrentes de violências direcionadas a parlamentares mulheres (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2023). Mesmo com novidades nas últimas eleições no que diz respeito à distribuição equitativa de recursos para candidatas mulheres e para homens e mulheres negros, a desigualdade na representação persistiu, o que aponta para a necessidade de aprofundarmos nossas pesquisas sobre o tema da expansão da participação de grupos historicamente subrepresentados na política brasileira, como mulheres, homens e mulheres negros, indígenas e quilombolas (RIOS e PAZ, 2021). Especificamente no caso do Rio de Janeiro, a violência pode estar operando como mais uma barreira para a representação desses grupos.

Ao analisarmos os municípios em que os assassinatos mais costumam ocorrer, o mapa 1 demonstra que os casos estão concentrados na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em específico na região da Baixada Fluminense, que compreende os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

¹⁰ Dados disponíveis no site do TSE - Tribunal Superior Eleitoral: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 21/03/2021



Mapa 1 - Número de assassinatos de políticos no estado do Rio de Janeiro por município (1988 - 2022) Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Município	Assassinatos	Município	Assassinatos
Magé	15	Japeri	2
Rio de Janeiro	10	Vassouras	2
Duque de Caxias	9	Angra dos Reis	1
Nova Iguaçu	7	Cabo Frio	1
Itaguaí	6	Cachoeiras de Macacu	1
Nilópolis	5	Campos	1
Niterói	5	Itatiaia	1
Seropédica	4	Mesquita	1
Araruama	3	Paracambi	1
Belford Roxo	3	Paraty	1
Maricá	3	Queimados	1
São Gonçalo	3	Rio das Ostras	1
São João de Meriti	3	São Sebastião do Alto	1
Itaboraí	2	Volta Redonda	1
Total: 94			

Tabela 2 - Número de assassinatos de políticos no estado do Rio de Janeiro por município (1988 - 2022) Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O elevado número de assassinatos de políticos concentrados na região da Baixada Fluminense demonstra como o fenômeno é territorialmente distribuído no estado. Apesar de outros municípios terem registrado assassinatos, em sua maioria são episódios únicos, enquanto a região acumula casos durante todo o período analisado. A Baixada Fluminense é conhecida nacional e internacionalmente desde pelo menos a década de 1960, quando seus índices de letalidade violenta¹¹ chegaram a ser um dos maiores do país e da América Latina. (ALVES, 2003). Alves (2003) aponta um nexo claro entre o regime da ditadura militar e o aumento da letalidade violenta. Na época, a região da Baixada correspondia a 25% do eleitorado do estado (ALVES, 2002). Ao analisar este período, ele aponta:

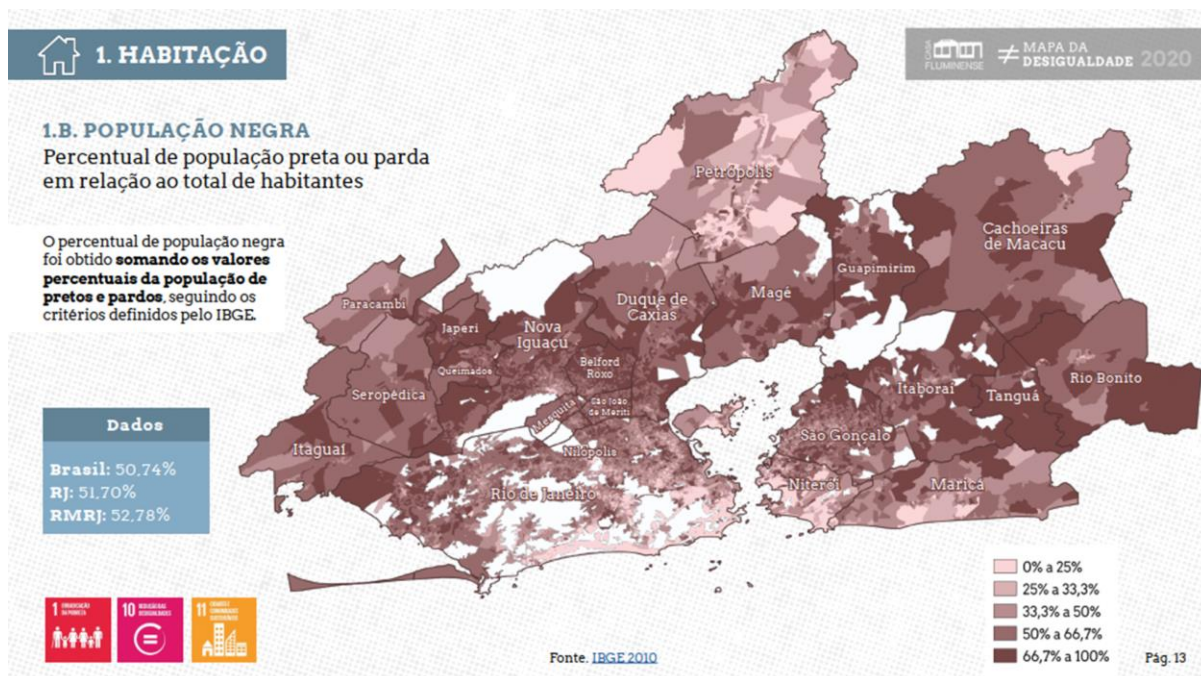
“A estrutura de execuções sumárias, construída a partir do final dos anos 60 na Baixada Fluminense, corresponde à base de um modelo de dominação política estabelecida pelo poder local e relacionada com os interesses “supra locais” de outros grupos políticos, Estado, sistema de justiça, setores econômicos e processos eleitorais associam-se na construção dessa forma de poder extremamente permeável ao uso da violência àqueles que a empregam.” (ALVES, 2002, p.25)

¹¹ O índice de Letalidade Violenta corresponde ao somatório do número de homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e homicídio proveniente de oposição à intervenção policial.

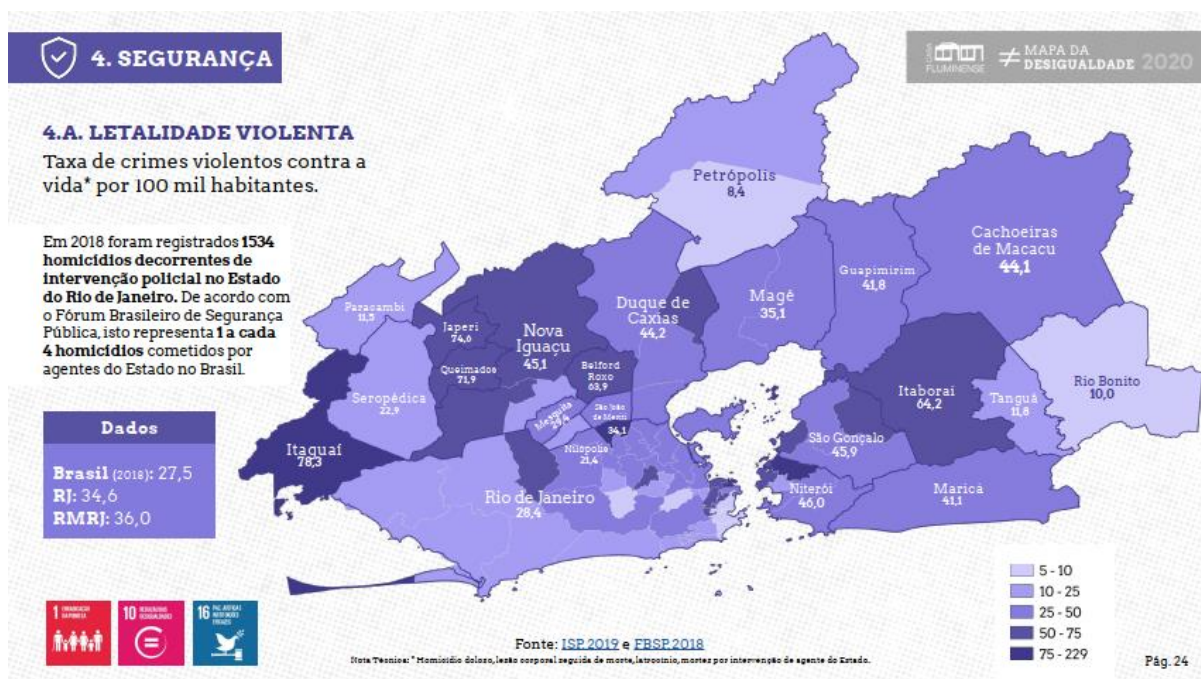
Em outras palavras, “ter poder político na Baixada passa pela franquia ao direito de matar” (RODRIGUES et al, 2018. p.14). E esse poder e direito de matar não se dá ao acaso. O crescimento populacional dos municípios da Baixada Fluminense está associado aos processos de periferização ocorridos durante a Primeira República da população preta e parda que habitava espaços centrais da cidade do Rio de Janeiro. Aliada a essa expulsão da população preta e parda estão os diferentes fluxos de pessoas oriundas da Região Nordeste do Brasil desde a década de 1930 para o Rio de Janeiro, em busca de melhores condições de vida.

Para o geógrafo Andreilino Campos (2019), “A distribuição espacial da população tem uma lógica guardada na própria história de cada e qualquer cidade, a concentração de certa tipologia nunca é dada ao acaso” (p.98). Neste sentido, a concentração de pessoas pretas, pardas e pobres na região da Baixada Fluminense, bem como a concentração de assassinatos de políticos nesse território, não se dá ao acaso, e são fruto de uma série de processos históricos que produzem o fenômeno dentro da região. De acordo com os dados do Censo de 2010, produzidos pela Casa Fluminense (2020), a região é a que concentra os maiores números de população negra¹² do estado. Como Andreilino aponta, o adensamento da população negra nestes territórios significa também uma maior exposição à violência, analfabetismo, pobreza e demais precariedades que são reservadas às populações negras do país (CAMPOS, 2019), inclusive sua forma mais extremada de violência, o homicídio, na forma do genocídio negro (RAMOS, 2021).

¹² Soma das populações autodeclaradas pretas e pardas.



Mapa 2 - Percentual de população preta ou parda em relação ao total de habitantes. Fonte: Mapa da Desigualdade, 2020 - Casa Fluminense.



Mapa 3 - Taxa de crimes violentos contra a vida* por 100 mil habitantes. Fonte: Mapa da Desigualdade, 2020 - Casa Fluminense.

Mesmo mais recentemente, com dados de 2018, a região da Baixada Fluminense continua a acumular os mais elevados índices de letalidade violenta do estado. Nesse sentido, a literatura aponta para a intersecção existente entre desigualdades raciais, que se expressam pelos índices de precariedade que a população da região acumula, os elevados índices de letalidade violenta que possuem um forte marcador racial (RODRIGUES et al. 2018) e a possibilidade de convívio harmonioso com o processo democrático a despeito de elevados índices de assassinatos de políticos na região (ALBARRACIN, 2018). Aqui poderíamos retomar Fanon, para quem “[...] a cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe [...], ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê” (FANON, 2005, p. 35).

3 - A VIOLÊNCIA COMO REPRODUTORA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NA POLÍTICA FLUMINENSE

A seção anterior apresentou brevemente o fenômeno dos assassinatos de políticos que foram registrados pela pesquisa¹³, contextualizando o cargo que as vítimas costumavam ocupar, os territórios e o gênero dos políticos assassinados. O ponto defendido aqui é que pode existir uma conexão entre os índices de letalidade violenta que estes territórios acumulam, os assassinatos de políticos e a profunda desigualdade de representação de raça e gênero que o país enfrenta (RIOS et al, 2017).

Ao analisar o quadro de violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Juan Albarracín (2018) também defende que a violência é usada para sustentar ordens políticas e influenciar o resultado de eleições. Para o autor, quando um quadro de violência política é estabelecido, as eleições e o jogo político se transformam não mais em uma ferramenta de eleição dos que possuem os melhores argumentos de convencimento e planos para a cidade, mas em uma ferramenta “(...) que irá medir quem tem a maior capacidade de coagir eleitores e perpetuar seu poder (...)” (ALBARRACÍN, 2018. p.560) (Tradução minha). Neste sentido, a violência social e política são indissociáveis para se compreender um quadro de dominação política e cerceamento de liberdades democráticas em determinados territórios. Para Rodrigues (2017) “O assassinato opera, portanto, como uma espécie de commodity política, fazendo girar uma economia política dos assassinatos.” (p.109). Para o autor, os assassinatos, que são cotidianos na vida de milhares de pessoas na Baixada Fluminense, operam como uma ferramenta de estabilização e consolidação de determinado poder no território. Isso significa dizer que “Poder matar é ter poder. Ou, invertendo

¹³ Esta é uma pesquisa em andamento que resultará numa dissertação que está sendo produzida pelo autor.

a construção para reforçar o ponto: ter poder político na Baixada passa pela franquia ao direito de matar.” (RODRIGUES et al, 2018. pp.14).

As pesquisas mais recentes sobre os elevados índices de violência na Baixada Fluminense apontam para a existência de um ciclo de reprodução de desigualdades sociais, em que os municípios da região acumulam os piores índices de renda, escolaridade, expectativa de vida, saneamento básico, letalidade violenta e acesso à saúde (CASA FLUMINENSE, 2020). O fenômeno dos assassinatos de políticos na região é sustentado por esse longo ciclo de desigualdades. Numa primeira análise, é tentadora a ideia de categorizar esse ciclo de desigualdades e o quadro de violência como uma falta da presença estatal. Entretanto, como defendido por Alves (2003), é preciso analisar esses aspectos como característicos da presença estatal. Nesse sentido, a figura do Estado na Baixada Fluminense se apresenta como ineficiente para coibir os índices de violência, pobreza e corrupção, por exemplo. Essas políticas estatais sustentam os grupos criminosos que atuam na região. Assim, realizar uma pesquisa sobre os assassinatos de políticos no estado do Rio de Janeiro significa desvelar alguns dos desdobramentos causados pela violência social no processo eleitoral. Nesse sentido, grupos historicamente com baixíssima representação política, como mulheres negras, são desproporcionalmente atingidas pelo fenômeno da violência política no estado do Rio de Janeiro.

A MEMÓRIA DAS POLÍTICAS ASSASSINADAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seção de número dois deste artigo se dedicou a narrar a breve trajetória de Lídia Menezes, a primeira mulher política negra assassinada no período analisado. Apesar de uma descrição curta, a maior parte da sua história só foi possível de ser narrada por conta do esforço do pesquisador em se aproximar de conhecidos de Lídia Menezes, já que os jornais só registraram o seu assassinato e a prisão dos possíveis autores e mandantes do crime. O mesmo quadro se repete com Elizabeth Corrêa Ribeiro, Márcia Machado Guimarães Matheus, Aga Pinheiro Lopes e Sandra Silva, que não possuem nenhum tipo de registro de sua trajetória política, planos políticos e aspirações. Suas histórias e memórias são resumidas no fato de terem sido assassinadas. Esse fato aponta para uma dupla morte: a de sua vida e a de seus legados. Das mulheres assassinadas neste período, Marielle Franco é a única que possui uma vasta literatura produzida sobre sua trajetória e aspirações políticas, tendo a mesma produzido uma dissertação de mestrado e, hoje, possui um Instituto dedicado a preservar o seu legado.

Como os resultados da pesquisa demonstram, vereadores, pré-candidatos a vereador e candidatos a vereador são as vítimas preferenciais do fenômeno. Analisar a participação de grupos

historicamente excluídos da representação política a partir das eleições municipais é interessante, pois elas são caracterizadas por menor competitividade quando comparadas às eleições estaduais e federais (MACHADO, 2018). Isso significa que estamos diante de um pleito em que, supostamente, estes grupos teriam mais facilidade de realizar campanhas e serem eleitos. Entretanto, os territórios de maioria negra estão caracterizados por uma elevada letalidade violenta e acúmulo de assassinatos de políticos. Mesmo que os políticos assassinados não o tenham sido, necessariamente, por questões políticas/ideológicas, mas por disputa de poder de mercados ilegais, como argumenta Alves (2022), este cenário de violência pode desencorajar candidaturas que já são caracterizadas por possuírem menos recursos partidários e maiores dificuldades de inserção no mundo da representação política (CAMPOS e MACHADO, 2020).

Do ponto de vista do gênero destes assassinatos, as mulheres negras foram o alvo preferido desta violência. Considerando apenas as mulheres eleitas, todas elas eram negras e essa violência serve para reforçar as posições clássicas em que mulheres negras podem ser interpretadas na sociedade brasileira (GONZALEZ, 2022; BAIROS, 1995). Nesse sentido, uma política pública que vise aumentar a representação de mulheres negras precisa levar em consideração as dinâmicas de raça, gênero, classe e território que operam na engrenagem dessa violência. Uma violência que passa não só pelo ato mais violento, que é o homicídio, como também pelo apagamento da memória destas mulheres políticas. Como destacado na seção dois, Lídia Menezes teve sua trajetória política marcada por ocupar o bastidor da campanha, o lugar de vice e de esquecimento de sua história, o que Luiza Bairros (1995) chamaria de “silêncio imposto pelo racismo” (p.458).

REFERÊNCIAS

ALBARRACÍN, Juan. Criminalized electoral politics in Brazilian urban peripheries. **Crime, law and social change**, v. 69, n. 4, p. 553-575, 2018.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, n. 8, p. 84-135, 2002.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. **Associação de Professores e Pesquisadores de História**, CAPPH-CLIO, 2003.

ALVES, José Cláudio Souza. Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica. **Revista Rio de Janeiro**, v. 8, p. 59-80, 2002

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, 02, pp. 458-463, 1995.

BORBA, Felipe; NOGUEIRA, Ary. **Violência eleitoral no Brasil: o perfil político e social de candidatos assassinados entre 1998 e 2016**. 2018. Disponível em <https://portal.anpocs.org/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt35-10/11416-violencia-eleitoral-no-brasil-o-perfil-politico-e-social-de-candidatosassinados-entre-1998-e-2016/file>

CAMPOS, Andrelino. A produção da cidade em “tons” de preto: do assentamento dos trilhos ferroviários à permanência dos campos negros na produção do subúrbio carioca (2000-2010). *In: RIOS, Flavia; BARONE, Ana. (Orgs). Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)*. 1ªed. São Paulo; Editora Intermeios, 2019.

CAMPOS, Luiz; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre. Editora Zouk, 2020.

CASA FLUMINENSE. **Mapa das desigualdades**. 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 07/09/2023.

FARIAS, Juliana Barreto. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Papéis Selvagens, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO, **Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: Dois anos da Lei 14.192/2021**. 2023, Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/2023>

LIMA, M.; PRATES, I. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. *In: Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, p. 163-189, 2015

MACHADO, Carlos. **Sucesso eleitoral e desvantagens raciais: efeitos sobre a representação de vereadores no Brasil**. 2018. Paper ANPOCS. Caxambu.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000.

RAMOS, Paulo César. **Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RIOS, Flavia; PAZ, Huri. Representação Política nas cidades brasileiras: Gênero, Raça e Etnicidade nas eleições de 202. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v.XXII, p. 87-98, 2021.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 1, p. 39-44, 2017.

RODRIGUES, André. **Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder**. *Geo Uerj*, n. 31, p. 104-127, 2017.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. FGV Editora, 1998.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense e pode ser acessado em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24793>

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) e do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (AFRO-CEBRAP).

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER: Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (AFRO-CEBRAP)

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.